

InforFloresta

BOLETIM INFORMATIVO

Trimestral | 3ª Edição • 2018



Associação de Produtores Florestais

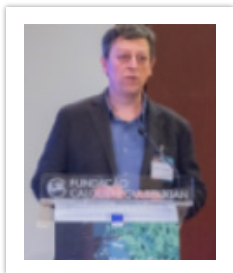
Rua 26 de Dezembro, 27 • Palhais • 2550-072 Vilar – Cadaval

Telf: 262 741 083 Telm: 919 723 420 • E-mail: geral@apasfloresta.pt

ENTREVISTA A PAULO M. FERNANDES – PROFESSOR ESPECIALISTA NO COMPORTAMENTO DO FOGO

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

Paulo Alexandre Martins Fernandes é professor associado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Pelo seu vasto conhecimento científico na temática dos fogos florestais, e por se especialista no comportamento do fogo, dos seus efeitos e as implicações na sua gestão, convidámo-lo a dar o seu conhecimento numa breve entrevista para a 31ª edição do boletim informativo da APAS Floresta.



APAS Floresta (AF): Na sua opinião considera que a atual reforma florestal que se está a tentar implementar em Portugal, vai minimizar a ocorrência de incêndios? Estamos no bom caminho, ou há algo mais que podia ser feito?

Paulo Fernandes (PF): A chamada reforma florestal é essencialmente um conjunto de medidas legislativas. Independentemente da pertinência ou bondade dessas medidas, que são discutíveis, considero que os seus eventuais efeitos na mitigação do problema dos incêndios em Portugal são residuais. Reduzir o impacto dos fogos rurais passa essencialmente por medidas distintas no curto/médio e longo prazos. No primeiro caso é imperativo que o sistema nacional de DFCI nas suas vertentes de pré-supressão e supressão de incêndios adquira maior organização e entrosamento entre os vários intervenientes e maior capacidade técnica, nomeadamente no que respeita à antecipação de eventos potencialmente graves, controlo de grandes incêndios e diminuição drástica do número de reacendimentos. A criação da AGIF, sendo uma solução de recurso, vai nesse sentido, mas ainda é muito cedo para saber se surtirá o efeito pretendido. Visando efeitos a longo prazo deveriam ser tomadas medidas de prevenção de incêndios com impacto real no território, ou seja na escala necessária, e que vai muito para além das intervenções ao longo de vias de comunicação e de proteção de casas e aglomerados urbanos que tanto destaque mereceram este ano. Não vejo que tenham sido tomadas medidas neste sentido, que deveriam potenciar a vertente económica e de remuneração pela sociedade dos serviços de ecossistema prestados pelos proprietários florestais. Aliás, mais nenhum país do sul da Europa investiu nesse esforço de prevenção, pelo que as melhorias que registaram desde os anos 90 do século passado se devem ao reforço do combate e à diminuição das ignições. Mas, como é bem sabido, o sucesso no combate a incêndios é ilusório e de curto prazo quando a raiz do problema (a acumulação de combustível) não é tratada.

AF: Estando proibidas as novas arborizações com Eucalipto, uma espécie do ponto vista económico mais rentável para o proprietário

nalgumas regiões do nosso país, na sua opinião irá fomentar o abandono das terras e o risco de incêndio?

PF: Creio que o risco acrescido de incêndio associado à proibição de novas plantações de eucalipto é marginal, dada a extensão atual da espécie e todas as oportunidades de arborização que os proprietários florestais tiveram ao longo das últimas décadas. A extensão e severidade dos incêndios em Portugal são praticamente indiferentes às espécies utilizadas mas parece-me bem mais relevante para o aumento do risco a diminuição do investimento e da gestão florestal nas áreas atualmente arborizadas do que o fomento de novas arborizações caso não haja recursos para as proteger do fogo.

AF: A área de atuação da APAS Floresta abrange maioritariamente a zona Oeste, em que o último grande incêndio ocorreu em 2003. Acha que estão reunidas as condições para voltarmos a viver uma situação semelhante, dado que as áreas de incultos tendem a aumentar de forma significativa?

PF: A região Oeste apresenta em geral condições desfavoráveis a grandes incêndios, nomeadamente topográficas, climáticas e de uso do solo, com grande ocupação agrícola e fragmentação do espaço florestal. No entanto não duvido que essas condições estão reunidas, é apenas uma questão de alinhamento entre a ocorrência de ignições, a sua localização nas áreas mais vulneráveis (ou seja, com maior preponderância do espaço florestal) e condições meteorológicas severas, as quais tendem a ser mais comuns e mais severas.

ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

A Apas Floresta – Associação de Produtores Florestais, no âmbito dos projetos de investimento apresentados ao **PDR2020 - Acção 8.1.3 FEADER - Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos**, regulado pelo **Decreto-Lei n.º 159/2014 de 10 de outubro**, e homologado a **17/08/2017**, e como Entidade Gestora das ZIF's de Rio Maior Sul; Rio Maior; Cadaval, Rio Maior e Azambuja e Alenquer, Azambuja e Cadaval, pretende com estes projetos a valorização do património florestal, através da **redução do risco de incêndio**, por meio da **redução da carga de combustíveis**, assim como, da **beneficiação da rede viária florestal**.

Informamos todos os aderentes às referidas ZIF's, que os trabalhos terão início de imediato e decorrerão durante um período de 24 meses.

É, ainda, intenção da Entidade Gestora, contactar todos os aderentes abrangidos nestas candidaturas, de forma a esclarecer os procedimentos associados.



CANDIDATURAS PDR2020 A DECORRER DE ÂMBITO FLORESTAL NA REGIÃO CENTRO E DE LISBOA (NUT II)

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

Operação 8.1.5 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas | Algarve

Anúncio n.º 08/815/2018

Área de Abrangência: Região Algarve, a nível da NUT II.

Período de Abertura: 29/08/2018 às 10:00h a 31/10/2018 às 17:00h

Operação 8.1.5 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas | Alentejo

Anúncio n.º 07/815/2018

Área de Abrangência: Região Alentejo, a nível da NUT II.

Período de Abertura: 29/08/2018 às 10:00h a 31/10/2018 às 17:00h

Operação 8.1.5: Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas | Lisboa

Anúncio n.º 06/815/2018

Área de Abrangência: Região de Lisboa, a nível da NUT II.

Período de Abertura: 29/08/2018 às 10:00h a 31/10/2018 às 17:00h

Os principais objetivos destes apoios são:

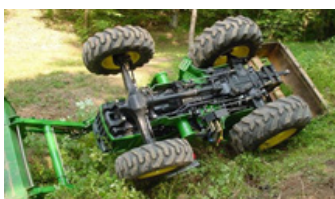
- Adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas;
- Reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecológicamente desajustadas.

Se estiver interessado em beneficiar em algum destas medidas contate a APAS Floresta, para melhores esclarecimentos.

FORMAÇÃO HABILITANTE NECESSÁRIA PARA CONDUÇÃO DE TRATORES

fabiosobral@apasfloresta.pt

O número de acidentes decorrentes do manuseamento de tratores agrícolas e florestais tem merecido uma análise crítica, dada a quantidade de vítimas mortais que resultam da sua condução. Quer seja, na via pública ou dentro de uma qualquer unidade de gestão.



Face ao estudo individual de cada sinistro onde foi avaliado o tipo máquina, o local de trabalho e formação do operador levou a que um novo grupo de trabalho fosse criado por Despacho n.º 295/2017 e publicado no Diário da República, n.º 4, 2.ª série de 05 de janeiro de 2017 a elaborar uma nota orientadora que clarifica quais são os critérios válidos e exigidos como formação habilitante. O grupo de trabalho é composto pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), Guarda Nacional Republicana (GNR), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT) e Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

A Lei 151/2017, de 17 de Dezembro define que a formação COTS, com a duração mínima de 35 horas é obrigatória para condutores que sejam apenas titulares da categoria B, C e D.

A condução das categorias II e III só pode ser exercida mediante uma ação de formação ministrada por uma entidade autorizada. Um

despacho a publicar definirá os conteúdos programáticos da ação de formação, bem como as entidades autorizadas a ministrá-la.

Das conclusões decorrentes do seminário CAP-ACT na Feira Nacional de Agricultura 2018 é de salientar que será estabelecido um prazo para a obtenção da formação. O IMT pretende aprovar um novo modelo de carta de condução, passando a incluir a "Categoria T", deixando de existir a chamada licença de condução de trator agrícola.

As escolas de condução poderão ter a capacidade de realizar dois tipos de formação de 35 horas ou outra designada de unidade de curta duração "Condução e Operação com trator em segurança", de 50 horas.

A possibilidade de realização de inspeção obrigatória, com recurso a centros de inspeção móveis também está em cima da mesa.

É da competência da PSP e da GNR a fiscalização do comprimento do "Código da Estrada" na via pública e não é demais chamar à atenção que todo o trator e o equipamento acoplado tem de estar condições de circular em segurança.

No link seguinte pode aceder à nota orientadora para habilitação exigida aos condutores e operadores de veículos agrícolas:

http://www.drapc.minagricultura.pt/base/geral/files/Nota_Orientadora_Conducao_veiculos_agricolas.pdf

A RECERTIFICAÇÃO DO GGFC – UM NOVO CICLO

rutesantos@apasfloresta.pt

Nos passados dias 31 de julho a 6 de agosto, decorreu a auditoria de recertificação ao nosso Grupo de Gestão Florestal Certificada pelo sistema FSC®, iniciando-se assim um novo ciclo de manutenção deste grupo, que faz este ano, 10 anos de existência.

Durante a auditoria foi avaliada a norma de gestão florestal implementada e visitados 9 membros do grupo, onde foi avaliado o cumprimento dos requisitos da norma e procedimentos implementados pelo membro e pelo próprio grupo.

O resultado da auditoria foi positivo, tendo sido obtida a recertificação. Inicia-se agora uma nova fase, começando pela adaptação do sistema implementado à nova norma de gestão florestal publicada a 25 de maio do presente ano.

O GGFC da APAS Floresta continua a aumentar, conta com cerca de 140 membros e mais de 11.500ha de área certificada. Até à data integraram no grupo 38 novos membros (proprietários e gestores florestais), representando um aumento de área na ordem dos 950ha, não incluindo a integração de áreas de membros antigos.

Convidamos todos os proprietários e gestores florestais que ainda não tomaram a iniciativa de certificar as suas propriedades, de nos contatar de forma a conhecer este processo e as suas vantagens, acompanhando assim a evolução do mercado com a procura crescente de produtos certificados.

(código licença: FSC® C002871)



ATIVIDADE DOS SAPADORES FLORESTAIS NO PERÍODO CRÍTICO

priscilabras@apasfloresta.pt

O período crítico, que normalmente decorre entre 1 de julho e 30 de setembro, foi entretanto alargado pelo Governo até ao dia 15 de outubro, devido à previsão de temperaturas com valores acima do que é padrão e à baixa probabilidade de ocorrência de precipitação. Este ano, até início de outubro, as nossas equipas de Sapadores Florestais fizeram primeira intervenção em 21 ocorrências, sendo que existe sempre da parte das mesmas uma sensibilização para com os proprietários, durante esta época.

Os Sapadores Florestais da APAS Floresta ficam exclusivamente adstritos à realização de ações de vigilância armada, primeira intervenção em incêndios florestais, apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, durante este período do ano, no horário compreendido entre as 10h e as 19h.

Findo o Período Crítico, as nossas equipas recomeçam a atividade de Silvicultura Preventiva (limpeza de matos, podas, desbastes, desramas, queimas e queimadas, entre outras atividades).

Caso esteja interessado nos nossos serviços operacionais contate a APAS Floresta.

CONHECER A SERRA DE MONTEJUNTO

joaolopes@apasfloresta.pt

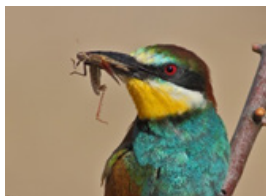
Nas últimas edições do InforFloresta temos apresentado algumas espécies animais existentes na Serra de Montejunto. Nesta edição vamos falar do Abelharuco (*Merops apiaster*).



O Abelharuco é uma ave terrestre com um comportamento estival que chega a Portugal para anunciar a estação da primavera, mais propriamente em meados de março, princípio de abril e parte no fim de agosto, início de setembro para África. A sua distribuição ao nível do planeta é bastante concentrada nas regiões da Europa, África, sul da Ásia e Austrália. Em Portugal, é uma espécie comum a sul do Rio Tejo, sendo mais pontual a norte do mesmo, ocorrendo neste caso em zonas de influência mediterrânica, tais como a Beira Baixa, Beira Alta e Trás-os-Montes.

Nas encostas da Serra de Montejunto é uma espécie comum e fácil de observar, com um voo exuberante, apresenta uma plumagem das mais chamativas da avifauna presente em Portugal, muito colorida em tons de verde vivo na barriga e extremidades das asas, com cores alaranjadas e amareladas no dorso e ventre e uma cauda arredondada bem delimitada. Esta espécie não apresenta dimorfismo sexual, sendo o macho e a fêmea muito idênticos.

Tem um bico longo, pouco curvado, característico de aves insectívoras. Os insetos são o seu principal alimento, nomeadamente abelhas e vespas, é desta característica que provem o seu nome "abelharuco" ou em inglês "bee eater" – "comedor de abelhas".



Socialmente é uma espécie gregária, ou seja, vive em colónias de vários indivíduos, normalmente é possível observar grupos grandes pousados em árvores, muros e cabos de linhas telefónicas. Habitam geralmente zonas florestais, como montados de sobro, margens de rios, zonas de pastagem ou com cultivo de cereais, por outro lado quando migram para África preferem as superfícies áridas das savanas "despidas" como habitat. Na época de reprodução escavam túneis em zonas arenosas, que podem chegar a 2 metros de comprimento. Os ninhos localizam-se geralmente perto de linhas de água, desta forma, existe bastante alimento disponível (insetos),



proteção de predadores e um clima mais ameno. Além da construção de ninhos, o abelharuco muitas vezes aproveita ninhos feitos por outros animais ou até mesmo os ninhos dos anos anteriores. As posturas têm entre 2 a 6 ovos, posteriormente incubados durante 20 dias pelo casal progenitor. São

bastante protetores das posturas, afastando-se muito pouco do ninho.

Nos anos 90 foram considerados de ameaças aos apiários devido aos elevados estragos causados, sofrendo uma forte retaliação por parte da população humana. Hoje em dia, acredita-se que a utilização em larga escala de pesticidas na agricultura poderá colocar em risco a espécie, uma vez que diminuiu significativamente a disponibilidade de alimento para a população mundial de abelharucos. No meio natural, têm como principais inimigos os falcões, os açores e os gaviões. Ainda assim, o Livro Vermelho dos Vertebrados (IUCN) considera a espécie *Merops apiaster* pouco preocupante relativamente ao estado de conservação.

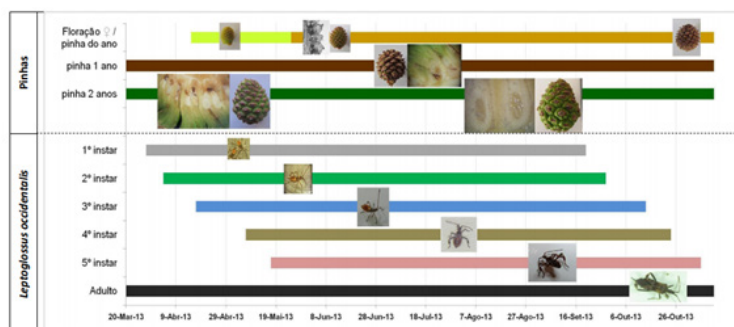
DOENÇAS FLORESTAIS

fabiosobral@apasfloresta.pt

Nome Científico: *Leptoglossus occidentalis*

Nome Vulgar: Sugador das pinhas

O sugador de pinhas é um inseto e foi detetado em Portugal pela primeira vez em 2010. Esta espécie alimenta-se através da sua armadura bucal das agulhas, flores e sementes, causando diminuição de pinhão por pinha e pode destruir até 75% das sementes, sem causar sintomas exteriores visíveis. As posturas iniciam-se no final da primavera e dadas as condições ideais ao seu desenvolvimento podem atingir a 2 a 3 gerações/ano.



Os intervenientes da fileira do pinhão mostram-se preocupados, dado que campanha após campanha de colheita, verifica-se que existe um rendimento decrescente na quantidade de pinhão descascado face ao produto recebido em bruto. Mas, consultando outros estudos não se pode apontar a quebra de rendimento só avaliando a presença desta praga isoladamente, visto que há mais inimigos que atingem os pomares produtores de pinhão.

No passado dia 22 de junho à tarde, no jardim público de Alcácer do Sal, foi dado a conhecer um inseticida sistémico em fase experimental e com licença válida concedida pela Direção Geral de Agricultura e Veterinária por um período de 120 dias – o Teppeki. A substância ativa é a flonicamida e não deixa resíduos no pinhão. Atua por contato e ingestão em larvas, ninfas e adultos que deixam de se alimentar. Tem uma ação de 2-3 semanas e "resiste à lavagem" por escorrência de água na planta.

É de salientar que não existia nenhum produto químico homologado em Portugal e que a luta química só deverá ser feita após a confirmação da existência de densidades populacionais que possam causar prejuízos.

Para mais informações e detalhe de como e quem pode aplicar, poderá contactar as associadas da UNAC- União da Floresta Mediterrânica ou a DGAV – Direção Geral de Agricultura e Veterinária.

EVENTO UNAC - GESTÃO FLORESTAL ADAPTATIVA EM ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

fabiosobral@apasfloresta.pt

No dia 7 de março de 2018 ocorreu no auditório do Centro de Artes e Cultura, em Ponte de Sor um dia dedicado ao projeto: “mais conhecimento por hectare” do qual a UNAC trouxe o tema “Gestão Florestal Adaptativa em Alterações Climáticas” promovendo a partilha de vários estudos, vindos das Universidades e da Indústria. Direcionados para as preocupações e dúvidas de quem está intimamente ligado ao setor agroflorestal.

O evento permitiu através do tratamento dos dados meteorológicos, recolhidos num espaço temporal alargado e de monitorização das 3 espécies florestais mais representativas e adaptadas ao nosso território, traçar cenários que possam tornar a nossa floresta mais resistente e resiliente ao longo do tempo.

Um cenário de alterações climáticas que foi apresentado pelo Instituto Dom Luiz e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa prevê que até ao ano de 2100 irá ocorrer um aumento médio de temperaturas que pode chegar aos 8°C no interior do país, redução da precipitação anual na primavera e outono na ordem dos 20-30% e do número de dias de chuva. Mas com eventos de precipitação extrema e modificação da densidade eólica no verão. Espécies florestais, como o pinheiro manso, sobreiro ou eucalipto, têm sistemas radiculares profundos, mas dependem das raízes superficiais, acima do nível freático, para retirarem os nutrientes necessários para que o seu metabolismo celular funcione. Um aumento de períodos secos e prolongados levam, a que as árvores tenham dificuldades em redistribuir pela raiz a água profunda que é menos rica em sais.

No pinhal manso verificou-se que a produção da pinha em anos de fraca precipitação primaveril é dificultada a maturação da mesma, tendo mais impacto na produção nos anos seguintes no que respeita a quantidades do fruto por árvore.

No montado de sobreiro observou-se uma diminuição da espessura da cortiça, devido ao estreitamento dos anéis de cortiça, nos anos de 1995, 1999 e 2005 medida em várias amostras de cortiça. No entanto, os sobreiros recuperaram o crescimento da cortiça revelando uma elevada resiliência. O projeto IRRICORK está a acompanhar a evolução do montado sujeito a rega.

No Eucaliptal a disponibilidade hídrica no solo, apresenta um impacto maior na produção. Um aumento adicional de 100 mm extra de água disponível apresenta um benefício direto de 4 m³/ano /ha de madeira produzida. Em áreas mais secas e pouco húmidas, os povoamentos em plena produção e com um número de plantas superior ao desejável apresentam problemas vasculares e colapsam com alguma facilidade, dada à fraca condutividade de solo e aumento da cavitação.

Para o eucaliptal o Dr. Nuno Borralho do Raiz refere que o maior espaçamento entre as árvores permite que se aumente uma maior reserva de água do solo húmido em períodos de seca.

Foram dadas algumas sugestões para aumentar a capacidade de armazenamento de água nas explorações, como o aumento de charcas ou baias de retenção ou de infiltração, terraços, sulcos, palhagem ou da existência de faixas de ervas ou arbustos.

BALANÇO ATIVIDADE 3º TRIMESTRE 2018

rutesantos@apasfloresta.pt

Durante o 3º trimestre de 2018 a APAS Floresta destaca algumas das suas iniciativas:

- Formação na frente de trabalho sobre Segurança a empresas certificadas em cadeia de custódia “Mais Floresta, Mais Segurança, Mais Certificação”, com o apoio da The Navigator Company e 2BForest, (20 Jun.)
- Formação de manutenção aos membros do grupo GGFC da APAS Floresta e do grupo GCCdr da APAS Floresta (Jul.)
- Formação interna ao corpo técnico da APAS Floresta promovido pela The Navigator Company e o Raiz (10 Set.)
- Auditoria de recertificação ao GCCdr da APAS Floresta pelo sistema FSC® (31 Jul. a 6 Ago.)
- Reunião de Assembleia Geral de Aderentes das ZIF's de Rio maior e Rio Maior Sul (2 Ago.)
- Formação de adesão ao grupo GGFC da APAS Floresta (Jul.) e ao grupo GCCdr da APAS Floresta (Set.)
- Jornadas Técnicas sobre Segurança nas Operações Florestais de Corte e Gestão de Combustível promovido pelo FSC Portugal em parceria com a ACT e a APAS Floresta (20 Set.)
- Formação do corpo técnico sobre a nova norma de gestão florestal do FSC® (25 e 26 Set.)

(código licença: FSC® C002871)

(código licença: FSC® C11223)

EVENTOS

patriciaazeiteiro@apasfloresta.pt

Formação | Motosserra – Manutenção Métodos e Técnicas de Trabalho

Organização: TREEM FORMAÇÃO, SILVI-CULTURA, APAS Floresta novembro ou dezembro, 2018* – Sede APAS Floresta
N.º Horas: 21 (9:00h – 17:30h) | N.º Vagas: 14 | Preço: 120€ com EPI 150€ sem EPI (Iva incluído)

Sessão | Melhor Eucalipto

Organização: CELPA e APAS Floresta
Data: Novembro* – Local e Horário a definir

Exposição | Dar a Conhecer para Preservar

Organização: Carlos Rio, QUERCUS, PNLN, ICNF
Até 2 de novembro, 2018 – Sede Parque Natural do Litoral Norte (Esposende)



Financiado por:

Financiamento por Fundo Florestal Permanente



MINISTÉRIO AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: APAS Floresta
Coordenação: Equipa Técnica
Grafismo: Renato Menino
Impressão: Vipagráfica